

TIPOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DOS OBSERVATÓRIOS DA ÁREA PLURD NO BRASIL

TIPOLOGY AND CLASSIFICATION OF URBAN, REGIONAL AND DEMOGRAPHIC PLANNING (PLURD) OBSERVATORIES IN BRAZIL

TIPOLOGÍA Y CLASIFICACIÓN DE LOS OBSERVATORIOS DEL ÁREA PLURD EN BRASIL

Hiroshi da Silva Koga¹, João Paulo Silva Santos², Lylian Caroline Maciel Rodrigues³, Marco Antônio Augusto Chagas⁴

DOI: 10.54899/dcs.v22i84.3864

Recibido: 24/10/2025 | Aceptado: 19/11/2025 | Publicación en línea: 24/11/2025.

RESUMO

O artigo propõe análise tipológica dos Observatórios de Desenvolvimento Regional (ODR) vinculados à área de Planejamento Urbano, Regional e Demografia (PLURD) no Brasil. Com base em levantamento sistemático e análise de conteúdo dos portais eletrônicos, foram identificados e classificados 11 ODR-PLURD ativos em 2025. Referencial teórico enfatiza tradição dos tipos clássicos propostos por Rebouças e Cunha (2010), cujas categorias - centro de aglutinação, fiscal, *think tank*, laboratório e fórum de discussão - pautam a organização do campo, mesmo diante de tensões e adaptações recentes. Resultados revelam predominância da categoria emergente "Observatório de Pesquisa e Monitoramento", presente em oito dos 11 observatórios analisados. Esse padrão reforça centralidade do dado e do diagnóstico; arranjos híbridos e estratégias digitais emergem paralelamente. Nota-se concentração dos observatórios em universidades federais: dez dos 11 analisados vinculam-se a essas instituições, evidencia hegemonia acadêmica no campo. Conclui-se que, embora tradição tipológica mantenha força, já se observam sinais de diversificação institucional e surgimento de categoria tipológica emergente específica do campo PLURD. Legitimidade e relevância dos observatórios na área PLURD constroem-se na disputa entre rigor metodológico, práticas colaborativas e incorporação de novos fluxos informacionais.

Palavras-chave: Observatórios de Desenvolvimento Regional. Tipologia. Planejamento Urbano e Regional. Pesquisa e Monitoramento. Inovação Institucional.

¹ Mestre em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: jrskoga@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-7815-6725>

² Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: joaosantos.amp@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3427-1640>

³ Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: lylian@unifap.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-8290-7887>

⁴ Doutor em Ciências - Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: marco.chagas@unifap.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4792-9154>

ABSTRACT

The article proposes a typological analysis of Regional Development Observatories (RDOs) linked to the Urban, Regional and Demography Planning (PLURD) field in Brazil. Based on a systematic survey and content analysis of their online portals, 11 active PLURD RDOs were identified and classified in 2025. The theoretical framework underscores the tradition of the classic types proposed by Rebouças and Cunha (2010)—whose categories of aggregation center, fiscal, think tank, laboratory, and discussion forum continue to guide the field’s organization even amid recent tensions and adaptations. Results reveal the predominance of the emerging “Research and Monitoring Observatory” category, present in eight of the 11 observatories analyzed. This pattern reinforces the centrality of data and diagnostics; hybrid arrangements and digital strategies emerge in parallel. A concentration of observatories in federal universities is noted: ten of the 11 analyzed are affiliated with these institutions, evidencing academic hegemony in the field. It is concluded that, although the typological tradition remains strong, signs of institutional diversification and the emergence of a new PLURD-specific typological category are already apparent. The legitimacy and relevance of PLURD observatories are constructed through the contest between methodological rigor, collaborative practices, and the incorporation of new informational flows.

Keywords: Regional Development Observatories. Typology. Urban and Regional Planning. Research and Monitoring. Institutional Innovation.

RESUMEN

Este artículo propone un análisis tipológico de los Observatorios de Desarrollo Regional (ODR) vinculados al área de Planificación Urbana, Regional y Demográfica (PDR) en Brasil. A partir de una encuesta sistemática y un análisis de contenido de portales electrónicos, se identificaron y clasificaron 11 ODR-PDR activos en 2025. El marco teórico enfatiza la tradición de los tipos clásicos propuestos por Rebouças y Cunha (2010), cuyas categorías —centro de agregación, órgano de supervisión, centro de pensamiento, laboratorio y foro de discusión— guían la organización del campo, incluso frente a las tensiones y adaptaciones recientes. Los resultados revelan un predominio de la categoría emergente «Observatorio de Investigación y Monitoreo», presente en ocho de los 11 observatorios analizados. Este patrón refuerza la centralidad de los datos y el diagnóstico; paralelamente, surgen acuerdos híbridos y estrategias digitales. Se observa una concentración de observatorios en universidades federales: diez de los 11 analizados están vinculados a estas instituciones, lo que evidencia la hegemonía académica en el campo. Se concluye que, si bien la tradición tipológica se mantiene sólida, ya se observan indicios de diversificación institucional y el surgimiento de una categoría tipológica específica en el ámbito del desarrollo urbano y regional (DUR). La legitimidad y la relevancia de los observatorios en el ámbito del DUR se basan en la interacción entre el rigor metodológico, las prácticas colaborativas y la incorporación de nuevos flujos de información.

Palabras clave: Observatorios de Desarrollo Regional. Tipología. Planificación Urbana y Regional. Investigación y Seguimiento. Innovación Institucional.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

No panorama brasileiro dos Observatórios de Desenvolvimento Regional da área de Planejamento Urbano, Regional e Demografia (PLURD) impera um regime de indefinição tipológica. As instituições possuem características diversas, múltiplos formatos e objetivos distintos, mas ainda falta uma classificação clara que ajude a compreender e organizar esses diferentes perfis. A produção de informações cresce, mas o campo é marcado por classificações provisórias e pouco integradas à realidade das atividades dos observatórios.

Os dados sobre ODR-PLURD se acumulam, sobram informações, faltam sínteses capazes de organizar e comparar as experiências. Diversos observatórios surgem e se desenvolvem, porém muitos operam sem referência a modelos de classificação mais consistentes. Esse crescimento ocorre sem o fortalecimento de critérios metodológicos integrados, o que limita a análise comparativa e dificulta o entendimento das diferentes trajetórias adotadas pelas instituições. Falta um marco tipológico que dialogue com as práticas e possibilite uma avaliação mais integrada dos observatórios.

Este artigo nasce de um problema objetivo: a ausência de modelos e de uma classificação válida dos ODR-PLURD. A lacuna é clara; referências únicas cristalizaram paradigmas e reduziram a capacidade crítica da literatura. A hipótese lançada é que apenas uma sistematização empírica, ancorada na realidade dos observatórios, rompe o ciclo de dispersão teórica e inaugura uma agenda inerente a área. A justificativa deste trabalho não está na celebração do dado ou do consenso, mas na abertura à controvérsia. Propõe-se aqui o primeiro marco nacional de tipologização dos ODR-PLURD: uma intervenção na ordem vigente, convite ao debate e contraponto ao óbvio.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os ODR-PLURD marcam diferença institucional entre os observatórios brasileiros, afastam-se do padrão e instalam dinâmicas próprias, onde a complexidade do desenvolvimento regional impõe múltiplos planos de disputa. Tal diferença transforma o papel dessas entidades: ultrapassam a função de mero acúmulo informacional e investem nas zonas de atrito entre produção acadêmica e agenda das políticas territoriais. Assumem, assim, uma posição liminar; dão corpo tanto a incertezas analíticas quanto a demandas práticas (Theis, 2019; Dallabrida,

2023).

A ligação dos observatórios de desenvolvimento regional com programas de pós-graduação desloca o foco analítico; para os diálogos com os critérios de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), Entretanto, movimentos descontínuos de financiamento público e o descompasso entre cronogramas científicos e demandas territoriais deixam de ser detalhes periféricos e assumem papel estrutural no campo. O debate institucional, quando se fixa apenas nas funções dos observatórios, esconde as formas híbridas onde conhecimento acadêmico e ação territorial se cruzam, constituem novas zonas de ambiguidade e potência (Silva *et al.*, 2013).

O desenvolvimento regional não aceita definições pacíficas. Theis (2019) expõe o problema ao afirmar que o campo naturalizou o conceito, abraçou modelos universais e deixou de lado o incômodo das especificidades territoriais brasileiras. A operação, sob sua ótica, segue lógica eficiente, simplifica, padroniza, organiza e, nesse movimento, falsifica a realidade. Desenvolvimento regional não é um processo linear, não segue cartilhas, não se deixa capturar por fórmulas prontas. É construção social multidimensional, atravessada por disputas de poder, conflitos distributivos e negociações tensas entre atores que raramente concordam sobre o que significa "desenvolver" um território.

A crítica de Theis (2019) acerta o alvo. O campo persegue consensos metodológicos que se afastam da complexidade real dos territórios. Busca unanimidade onde impera contradição e coerência onde pulsa o conflito. As condições brasileiras, marcadas por desigualdades estruturais, heterogeneidades regionais e dinâmicas de poder assimétricas, exigem abordagens plurais. Aceitar a diversidade das experiências e trajetórias de desenvolvimento regional constitui tarefa inadiável; mesmo assim, academia e instituições de planejamento costumam preferir instrumentos analíticos domesticados de fundamentação econômica e práticas interventivas que não perturbam o roteiro conhecido da zona de conforto.

Os ODR-PLURD operam nessa tensão. Ocupam posição estratégica e contraditória. Produzem conhecimento situado e crítico, capaz de recusar fórmulas prontas para territórios complexos; imprimem, contudo, lógicas tecnocráticas, absorvem indicadores e diagnósticos padronizados que ameaçam a pluralidade da experiência local. O embate entre rigor metodológico e abertura territorial, conceito tensionado por Theis (2019), revela dilema constitutivo. O papel dos observatórios consiste em transformar fragmentos científicos em saberes locais, combinar análise técnica com processos participativos e instaurar zonas de contato impuras. Escolher um

lado seria ilusão. Desafio reside em sustentar o desequilíbrio, prolongar a tensão sem sucumbir à tentação do fechamento explicativo.

Lógica classificatória dominante no Brasil, desde Rebouças e Cunha (2010), reflete arranjos descobertos em diversos contextos do campo PLURD: centro de aglutinação, fiscal, think tank, laboratório, fórum de discussão, espaço de capacitação e projetos em movimentos sociais. O esquema permanece útil, mas encontra limites diante do aumento de plataformas digitais, da sobreposição de perfis e da emergência de modelos híbridos. Na área PLURD, repetição do referencial pode obscurecer nuances e dificultar avanços analíticos. Tipologia herdada tende a acomodar classificações provisórias, dispensar revisões institucionais e adiar enfrentamento das dinâmicas específicas da região.

Tipologia pioneira de Rebouças e Cunha (2010), originalmente desenvolvida para observatórios de comunicação, exige adaptações conceituais quando aplicada ao campo PLURD. Quadro 1 apresenta a reformulação das categorias clássicas, ajustadas às especificidades do desenvolvimento territorial. Denominações foram repensadas para capturar nuances que escapam à classificação original: “centro de aglutinação” torna-se “repositório de dados regionais”, enfatizando dimensão territorial; “fiscal” converte-se em “vigilância de políticas territoriais”, destacando controle social sobre programas regionais. Essa reconfiguração conceitual demonstra que tipologias generalistas, embora úteis como ponto de partida, demandam ajustes específicos para abarcar complexidades setoriais do território.

Quadro 1 – Tipologia de observatórios versus experiências PLURD

Perfil	Característica
Aglutinação e difusão de informações	Concentra informações socioeconômicas e demográficas sem análise interpretativa; opera como banco de dados territoriais que prioriza acesso sistemático a estatísticas regionais, mantém neutralidade analítica.
Fiscal	Estrutura voltada ao controle social de programas governamentais; monitora implementação de políticas regionais; exerce fiscalização cidadã sobre investimentos públicos e execução orçamentária.
Think tank	Formula diagnósticos e cenários para orientar políticas territoriais; articula agendas de desenvolvimento; mobiliza atores regionais em torno de estratégias específicas e projetos de transformação social.
Laboratório	Iniciativa acadêmica especializada em análise territorial; produz conhecimento científico sobre dinâmicas regionais através de pesquisas empíricas; dissemina resultados via publicações especializadas.
Fórum de discussão	Promove debate público sobre desenvolvimento regional; facilita interlocução entre diferentes atores sociais; constrói consensos sobre prioridades territoriais através de processos participativos.
Espaço de capacitação e educação	Focado na formação de agentes de desenvolvimento; oferece capacitação técnica e educação continuada para gestores públicos; qualifica lideranças regionais em metodologias específicas.
Projetos dentro de	Vinculado a movimentos sociais organizados; utiliza dados territoriais para

movimentos sociais	fortalecer demandas coletivas; amplifica vozes de comunidades regionais em disputas por recursos e reconhecimento.
--------------------	--

Fonte: Adaptado de: Rebouças e Cunha (2010).

A presença digital redefine o escopo e as estratégias dos ODR no Brasil. As plataformas virtuais permitem articulação entre diferentes agentes, ampliam a transparência institucional e potencializam a análise integrada dos dados produzidos. Tal dinâmica desafia o paradigma tradicional e obriga o campo PLURD a repensar o papel dos observatórios, -não apenas como núcleos técnicos, mas como estruturas de inteligência coletiva, capazes de antecipar demandas, conectar saberes e fortalecer diagnósticos decisórios.

Quadro 2 – Principais ferramentas dos observatórios na web

Perfil	Característica
Produção de conhecimento	Através de métodos adequados, fornece informações mais precisas e elaboradas.
Delimitação da complexidade social	Representação coletiva da realidade do setor, determinando a função de cada ator social.
Centralização de dados	Permite evidenciar complementaridades, mas também redundâncias.
Diagnóstico	permite diagnóstico da situação atual, explicando os motivos do evento.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Enjuto (2010)

O papel institucional dos observatórios apresenta-se como disputa entre legitimidade acadêmica e efetividade territorial. Ao interpretar o pensamento de Bertha Becker no contexto amazônico, constata-se que o território assume papel de eixo estruturante e figura como campo de conflitos, estratégias estatais e práticas sociais. Assim, conforme análise de Mello-Théry e Théry (2013), territorialidade nas reflexões de Becker não emerge como categoria central proclamada pela autora, mas como dimensão derivada dessas relações e apropriações, articulando a dinâmica institucional dos observatórios e evidenciando tensão entre legitimidade acadêmica e efetividade territorial.

Dallabrida (2020) desmonta a ideia de que o desenvolvimento regional se explique por modelos padronizados. Para ele, a realidade se impõe por processos múltiplos, peculiares e frequentemente desconstruídos. Boa parte da literatura sobre desenvolvimento regional busca equilíbrio entre rigor científico e apelo ao impacto social, contorna a repetição de fórmulas internas e evita colisão produtiva entre disciplinas divergentes.

Esse compasso hesitante contamina horizonte dos observatórios; legitimidade, no terreno dos ODR-PLURD, insinua-se mais como promessa adiada e menos como conquista estabelecida. Sentido institucional oscila; trava-se em disputas sobre quem pauta agenda e a quem cabem

respostas (Dallabrida, 2020).

Theis (2019) denuncia a naturalização do conceito de desenvolvimento regional e ressalta que as condições territoriais exigem abordagens plurais, enquanto o campo mantém a busca por consensos metodológicos alheios à rotina dos observatórios.

Essas tensões indicam caminhos: i) adaptar modelos às especificidades regionais; ii) repensar a tipologia vigente e; iii) desafiar o lugar das classificações fixas. O diagnóstico não se resolve apenas no rigor acadêmico, também percorre por fissuras, revela controvérsias e recoloca o desafio da função social como força motriz para a renovação das categorias e das práticas institucionais

Quadro 3 – Funções institucionais dos observatórios

Função	Exemplo Prático	Efeito Esperado
Diagnóstico territorial	Relatórios sobre vulnerabilidades	Qualificação de políticas
Prognóstico	Estudos de tendências econômicas	Planejamento público
Monitoramento	Painéis de indicadores sociais	Controle social
Capacitação	Oficinas temáticas	Formação de gestores
Difusão informacional	Mídias digitais	Transparência institucional

Fonte: Silva *et al.*, 2013

Inventários de funções, quadros classificatórios e consensos teóricos perdem eficácia no exato momento em que o terreno do desenvolvimento territorial dissolve roteiro pré-fabricado. Dallabrida (2020) questiona valor de mapear à distância sem atravessar singularidades locais; modelo analítico serve para ordenar dispersão inicial, mas rotina social desconstrói esquemas e força reinventar categorias.

Exigências do território não aceitam respostas exatas: a área demanda tipologias maleáveis, abertura radical ao imprevisível e disposição para rever e substituir lógicas herdadas. Diagnóstico ilumina ponto específico, mas práticas cotidianas deslocam sentidos e flexibilizam padrões rurais e urbanos (Dallabrida, 2020).

Entre rigor metodológico e resposta prática à vida social, a tensão se acirra – nenhuma legitimidade nasce de fórmulas automáticas. Constrói-se no embate coletivo, nas reinterpretações sucessivas da experiência social, na recusa do manual e na invenção do trajeto cada vez que um novo agente rompe o dado estabelecido. O desenvolvimento territorial, nesse registro, escreve-se no risco de cada escolha e na singularidade de cada contexto (Dallabrida, 2020).

O quadro teórico apresentado estabelece o panorama conceitual necessário para compreender a complexidade dos observatórios de desenvolvimento regional na área PLURD. A fundamentação parte da tradição classificatória de Rebouças e Cunha (2010), que oferece

categorias estruturantes – centro de aglutinação, fiscal, *think tank*, laboratório e fórum de discussão – adaptadas às especificidades territoriais do desenvolvimento regional brasileiro.

A contribuição de Theis (2019) introduz perspectiva crítica sobre a naturalização dos conceitos de desenvolvimento regional e alerta para os riscos da padronização metodológica que ignora as singularidades territoriais. Dallabrida (2020) complementa essa visão ao defender a necessidade de abordagens plurais e contextualizadas, rejeita fórmulas automáticas em favor de processos colaborativos de construção da legitimidade institucional.

A expansão digital e a hibridização funcional dos observatórios contemporâneos, evidenciadas por Albuquerque *et al.* (2023), tensionam as classificações tradicionais e exigem tipologias mais maleáveis. Entre rigor metodológico e inventividade social, o referencial teórico revela que a legitimidade dos observatórios PLURD se constrói na capacidade de transformar fragmentos empíricos em inteligência territorial aplicada, mantém plasticidade diante dos modelos vigentes e questiona permanentemente o fechamento explicativo de qualquer classificação estática

METODOLOGIA

A metodológica está centrada na análise de conteúdo das páginas web dos observatórios, seguindo método proposto por Rebouças e Cunha (2010) apresentada no referencial teórico. Levantamento inicial dos ODR-PLURD ocorreu por buscas sistemáticas em motores de pesquisa nacionais. Utilizaram-se palavras-chave específicas: “observatório”, “Programa de Pós-Graduação”, “Planejamento Urbano e Regional” e “Demografia”.

Resultados organizaram-se em planilha digital (Excel, Microsoft Office 2023) e passaram por criteriosa filtragem. Incluíram-se apenas observatórios que se autodenominassem assim, mantivessem vínculo institucional explícito com área PLURD e programa de pós-graduação, dispusessem de site próprio (blogs foram descartados) e estivessem sediados no Brasil.

Critérios de inclusão aplicaram-se de forma hierárquica

- (1) autodefinição institucional – verificação explícita do termo “observatório” na denominação ou descrição;
- (2) vínculo acadêmico – comprovação de ligação formal com programa de pós-graduação da

área PLURD reconhecido pela CAPES;

- (3) presença digital consolidada – manutenção de website institucional ativo, excluindo-se blogs pessoais, páginas em redes sociais isoladas ou plataformas não institucionais;
- (4) territorialidade nacional – localização no Brasil, conforme informações de contato e vinculação institucional.

Para classificação tipológica, realizou-se análise sistemática das seções institucionais dos sites dos observatórios, com foco em “quem somos”, “sobre”, “missão” e “objetivos”. Adotou-se como referência a tipologia de Rebouças e Cunha (2010), ampliada para contemplar arranjos híbridos e perfis transitórios identificados. As informações foram sistematizadas em planilha, o que possibilitou o cruzamento entre perfis tipológicos, estratégias comunicacionais e práticas institucionais.

A análise de conteúdo seguiu procedimentos rigorosos conforme Bardin (1977). Para garantir confiabilidade, aplicaram-se metodologias cruzadas e dupla checagem temática: inicialmente pela tipologia de Rebouças e Cunha (2010) e posteriormente por revisão das categorias emergentes não previstas.

A saturação teórica foi alcançada quando a inclusão de novos casos deixou de adicionar elementos inéditos, o que conferiu à amostra de 11 observatórios representatividade diante da diversidade tipológica dos ODR-PLURD brasileiros. O tratamento dos dados priorizou tabelas de frequência e sínteses temáticas, com foco no rigor analítico e na construção de tipologias alinhadas às dinâmicas contemporâneas dos observatórios da área PLURD.

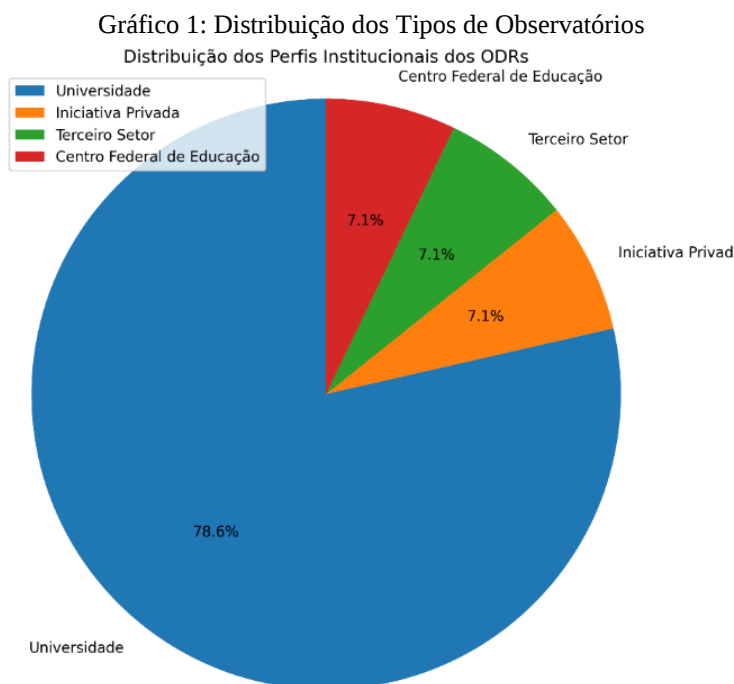
RESULTADOS

Dos 51 programas de pós-graduação da área PLURD, 16 utilizam ODR, porém apenas 11 possuem plataforma online e constituem a amostra deste estudo.

Distribuição dos Tipos de Observatórios

O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos ODR-PLURD com plataforma online existentes no Brasil conforme o tipo de instituição a que estão vinculados. As diferentes fatias do gráfico revelam os diversos perfis institucionais dos 11 observatórios analisados. A maior parte destes observatórios, que totalizam 10, estão vinculados a Universidades Federais e somente um

observatório vinculado a centro federal de educação tecnológica.



Fonte: Koga, Hiroshi, 2025

As universidades federais mantêm a maior parte dos ODR-PLURD identificados; o ambiente acadêmico ocupa o centro e faz do conhecimento estratégico o núcleo das políticas e do planejamento regional. O predomínio universitário sustenta produção intelectual usada por agentes públicos e formuladores de políticas.

Rebouças e Cunha (2010, p. 88-89) mostram esse cenário metodológico ao detalhar o quanto os observatórios têm raízes em laboratórios acadêmicos, onde dominam a objetividade e a neutralidade científica. Os modelos organizacionais não apenas repetem padrões; impõem formatos de difusão e práticas metodológicas e desafiam modos clássicos de produção e circulação do saber, sustentando a legitimidade institucional do setor.

A presença quase total das universidades federais sugere uma ideia de organização uniforme; análise cuidadosa desmonta essa imagem, pois homogeneidade, neste contexto, falha como promessa. Fissuras sutis aparecem nos detalhes e criam silêncios estratégicos no campo.

Iniciativas vindas da sociedade civil, de setores públicos ou privados, quase não existem no Gráfico 1. Dos 11 observatórios apresentados, 10 ficam nas universidades federais e apenas 1 se liga a um centro federal de educação tecnológica — um quadro que mostra uma tentativa superficial de diversificação. O Gráfico 1 deixa claro que a diferença é exceção: o único

observatório fora da hegemonia federal não muda o circuito de legitimidade institucional, já que também pertence ao setor público educacional. Essa concentração — 91% dos observatórios em universidades federais — reforça a leitura de Theis (2019) sobre pluralização: não nasce de consenso, mas do confronto direto com as singularidades territoriais, como mostra o único caso divergente.

A distribuição do Gráfico 1 reforça a análise de Dallabrida (2020) sobre a fragilidade das classificações definitivas. O domínio das federais não indica avanço tipológico, mas evidencia o desafio de adaptar leituras à realidade concreta. O mesmo gráfico mostra que não basta ampliar o número de instituições; é mais importante aceitar o elemento diferente — aquele único observatório fora da uniformidade federal, que rejeita o padrão fixo da hegemonia universitária.

O Quadro 4 não só mostra diversidade institucional, mas também deixa em evidência a tensão entre classificação e experiência real. Os oito chamados "Observatórios de Pesquisa e Monitoramento" não formam uma categoria natural, mas surgem como efeito das condições e interesses locais, criando formas de inteligência que não se enquadram na lógica original de Rebouças e Cunha (2010).

Quadro 4: Classificação dos Observatórios de Desenvolvimento Regional da Área PLURD

Observatório	Foco de Atuação	Tipo de Informação	Público-Alvo	Estratégias de Comunicação	Classificação (Rebouças; Cunha, 2010)
ONAS/UFRN	Demografia, análises sociodemográficas do Nordeste, estudos sobre Covid-19 e expectativa de vida	Artigos, análises científicas, dados demográficos, estudos sobre violência e isolamento social	Público geral, gestores públicos, pesquisadores	Site, publicações científicas, mídia	Centro de aglutinação e difusão de informações
Observatório Espacial (FACCAT)	Planejamento urbano e regional, qualidade do ar, desenvolvimento regional na região do Paranhana	Dados espaciais, análises territoriais, monitoramento ambiental, relatórios técnicos	Gestores públicos, comunidade acadêmica, setor produtivo	Site, publicações, eventos científicos	Centro de aglutinação e difusão de informações
Observatório de Direitos Humanos (PUCPR)	Direitos humanos, violências nas escolas, políticas públicas sociais	Relatórios, pesquisas sobre representações sociais, diagnósticos sobre violações	Comunidade acadêmica, sociedade civil, gestores públicos	Pesquisas, eventos, publicações acadêmicas	Laboratório
Observatório de Direitos Humanos (UNIJUÍ)	Direitos humanos, pobreza, vulnerabilidade social, controle social	Banco de dados, análises sobre políticas públicas, estudos comparativos Brasil-Argentina	Movimentos sociais, gestores públicos, organizações da sociedade civil	Projetos de extensão, formação, mobilização social	Observatório de Articulação e Mobilização
Observatório de Gênero e Diversidade (UNILA)	Gênero, diversidade, políticas públicas na América Latina e Caribe	Relatórios, dados sobre violência de gênero, análises de políticas públicas regionais	Pesquisadores, gestores, movimentos sociais, sociedade civil	Pesquisa, eventos, monitoramento regional	<i>Think tank</i>
ODR-UNIFAP	Desenvolvimento regional sustentável na Amazônia, educação como fator de desenvolvimento	Dados socioeconômicos, ambientais, educacionais, cenários prospectivos	Gestores públicos, pesquisadores, sociedade civil, setor privado	Site, publicações, eventos, extensão	Observatório de Pesquisa e Monitoramento
OOBRA (UFNT)	Região de influência imediata de Araguaína, dinâmicas municipais, desenvolvimento regional	Indicadores municipais, dados socioeconômicos, informações para políticas públicas	Gestões municipais, pesquisadores, sociedade local	Site, visitas técnicas, parcerias institucionais	Observatório de Pesquisa e Monitoramento
Observatório das Metrôpoles	Dinâmicas urbano-metropolitanas, políticas urbanas, mercado de trabalho metropolitano	Análises comparativas, dados sobre estrutura social, estudos sobre regimes urbanos	Pesquisadores, gestores urbanos, planejadores	Rede nacional de pesquisa, publicações, análises comparativas	Laboratório
Observatório das Desigualdades (UFRN)	Desigualdades multidimensionais, políticas públicas sociais no RN	Glossário, boletins, relatórios, análises sobre ações inovadoras	Academia, gestores públicos, movimentos sociais	Site, cursos, conversatórios, podcasts, boletins	Centro de aglutinação e difusão de informações
OBSERVA DR (UNISC)	Desenvolvimento regional, inovação, sustentabilidade	Indicadores socioeconômicos, estudos setoriais, análises de	Academia, setor produtivo, poder público, comunidade	Site, relatórios, eventos, cursos	Observatório de Pesquisa e

		tendências			Monitoramento
ODR-FURB	Desenvolvimento regional, políticas públicas	Relatórios, análises, dados estatísticos, avaliações de políticas	Gestores públicos, pesquisadores, sociedade civil	Site, eventos, publicações	Observatório de Pesquisa e Monitoramento

Fonte: Koga Hiroshi (2025).

A predominância dessa nova categoria sinaliza deslocamento do campo; observatórios não se satisfazem apenas em “aglutinar e difundir informações”. Exigem análise rigorosa, monitoramento constante e capacidade preditiva. ODR-UNIFAP, OBSERVA DR (UNISC), ODR-FURB e OOBRA operam além da coleta de dados: produzem diagnósticos, constroem cenários e subsidiam decisões estratégicas. Essa orientação fortalece o argumento de que a legitimidade institucional no campo PLURD se conquista pela transformação do dado bruto em inteligência aplicada.

Paralelamente, persistem os tipos clássicos. Três observatórios mantêm o perfil de "centro de aglutinação e difusão de informações": ONAS/UFRN, Observatório Espacial/FACCAT, Observatório das Desigualdades/UFRN. Dois se classificam como "laboratório": Observatórios de Direitos Humanos da PUCPR e das Metrópoles.

O Quadro 5 confirma nuances classificatórias que a análise tipológica exige; cada observatório carrega especificidades que resistem à padronização automática (Silva, 2013). “Não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. [...] O método deve ser reinventado, exceto para usos simples e generalizados.” (Bardin, 1977, p. 30). ODR-UNIFAP, OBSERVA DR (UNISC), ODR-FURB e OOBRA, todos classificados como “Observatórios de Pesquisa e Monitoramento”, compartilham orientação comum: transformar dado bruto em inteligência territorial aplicada, mas cada qual define percurso institucional próprio.

Quadro 5 - Justificativas da classificação tipológica dos Observatórios de Desenvolvimento Regional da área PLURD

Observatório	Justificativa da Classificação
ONAS/UFRN	Produz e dissemina dados demográficos sistematizados sobre o Nordeste, com múltiplos formatos de comunicação científica, atuando principalmente como repositório e difusor de análises sociodemográficas sem posicionamento político direto.
Observatório Espacial (FACCAT)	Centraliza dados espaciais e territoriais da região do Paranhana, disponibilizando informações técnicas para subsidiar políticas regionais, com foco na sistematização e difusão de análises georreferenciadas.
Observatório de Direitos Humanos (PUCPR)	Desenvolve pesquisas acadêmicas sobre violências e direitos humanos, com publicações científicas e formação teórica, caracterizando-se como núcleo de produção de conhecimento especializado e análise conceitual.
Observatório de Direitos Humanos (UNIJUÍ)	Articula ações de controle social e mobilização comunitária, conectando academia e movimentos sociais em projetos de extensão e advocacy, promovendo engajamento político e participação cidadã.
Observatório de Gênero e Diversidade (UNILA)	Desenvolve propostas de políticas públicas regionais sobre gênero e diversidade na América Latina, atuando como articulador de agendas políticas e mobilizador de redes acadêmicas transnacionais.
ODR-UNIFAP	Sistematiza dados multidimensionais sobre desenvolvimento amazônico, produz cenários prospectivos e realiza monitoramento contínuo de indicadores socioeconômicos e ambientais para orientar políticas regionais.
OOBRA (UFNT)	Monitora indicadores municipais da região de Araguaína, produz diagnósticos territoriais sistemáticos e desenvolve análises comparativas para subsidiar gestões municipais e planejamento regional.
Observatório das Metrópoles	Realiza pesquisas comparativas sobre dinâmicas urbano-metropolitanas, produz análises conceituais e teorização sobre regimes urbanos, publicando livros e artigos especializados sobre questões metropolitanas.
Observatório das Desigualdades (UFRN)	Sistematiza informações sobre desigualdades multidimensionais no Rio Grande do Norte, disponibilizando dados, glossários e análises para amplo acesso público, com foco na democratização do conhecimento.
OBSERVA DR (UNISC)	Coleta, processa e analisa dados estratégicos sobre inovação e sustentabilidade regional, desenvolvendo estudos setoriais e monitoramento de tendências para apoiar planejamento territorial integrado.
ODR-FURB	Produz relatórios técnicos, avaliações de políticas e análises estatísticas sobre desenvolvimento regional, mantendo sistema de monitoramento de indicadores para gestores públicos e pesquisadores.

Fonte: elaborado pelos autores

O ODR-UNIFAP articula dimensões socioeconômicas, ambientais e culturais sob uma abordagem amazônica integrada, conforme exemplos de Mello-Théry e Théry (2013). O OBSERVA DR (UNISC) volta-se à inovação e à sustentabilidade regional, adotando esses aspectos como foco central de análise.

O ONAS/UFRN, o Observatório Espacial (FACCAT) e o Observatório das Desigualdades (UFRN), ao serem classificados como "centro de aglutinação e difusão de informações", expressam compromisso com a democratização do acesso ao conhecimento, ainda que empreguem estratégias diferentes para atingir esse objetivo.

O ONAS/UFRN adota formatos comunicacionais variados; o FACCAT prioriza o tratamento de dados georreferenciados; o Observatório das Desigualdades destaca a sistematização conceitual e a ampliação do acesso público. A tipologia proposta aponta convergências, mas as justificativas de cada observatório evidenciam diferenças. Esse contraste preserva o equilíbrio necessário para manter a complexidade institucional na classificação e valida elementos teóricos de Rebouças e Cunha (2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação revela um campo menos amplo do que o número de programas de pós-graduação sugeriria. Dos 51 existentes na área PLURD, apenas 11 observatórios apresentam consolidação institucional e presença digital compatível com os requisitos analíticos. O recorte reduzido evidencia seletividade institucional e filtragem por critérios de densidade e perenidade.

O mapeamento e classificação dos ODR-PLURD seguem parâmetros rigorosos. O cenário empírico resiste a simplificações: a tipologia de Rebouças e Cunha (2010) serve como apoio estrutural, mas não abrange toda a complexidade contemporânea.

Na amostra, oito observatórios integram a categoria Pesquisa e Monitoramento, enquanto três ajustam-se entre os tipos clássicos da literatura, sinalizando processos de reinvenção categorial diante das práticas institucionais. Institucionalidade manifesta-se sob hegemonia das universidades federais: dez de onze experiências vinculam-se ao segmento, cuja legitimidade formal, recursos estáveis e acesso a redes de pesquisa prevalecem.

A prevalência acadêmica não implica uniformidade efetiva. Cada observatório responde às demandas específicas do território — ODR-UNIFAP destaca protagonismo amazônico; ONAS/UFRN aposta em diversidade comunicacional; OBSERVA DR (UNISC) centraliza

inovação regional. Convergem na função institucional, divergem nas estratégias operacionais. Tipologização nacional proposta dispensa síntese normativa. Ressalta plasticidade institucional e centralidade do território como categoria ativa frente às expectativas disciplinares. O debate emerge onde a classificação hesita.

A agenda analítica recusa fechamento conclusivo e serve como convite permanente ao ajuste. Campo PLURD confirma o diagnóstico: nenhuma classificação está imune ao atrito das experiências vividas.

Este artigo inaugura marco nacional de tipologização dos ODR-PLURD e revela a complexidade do campo. Resistência das práticas diante de categorias rígidas e urgência por referenciais analíticos flexíveis impõem-se. Entre rigor metodológico e plasticidade institucional, observatórios brasileiros reinventam percursos e recolocam o território no centro das disputas conceituais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Júlio Augusto Enders de; SANTA RITA, Luciana Peixoto; PINTO, Ibsen Mateus Bittencourt Santana. **Introdução à observatórios de informação: um estudo sobre possíveis conceituações, funções, objetivos e classificações**. P2P e Inovação, Rio de Janeiro, v. 9, ed. especial, p. 362-379, jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.21721/p2p.2023.v9nesp.p362-379>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/issue/view/334>. Acesso em: 24 set. 2025.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

DALLABRIDA, V. R. **Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 16, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5395>. Acesso em: 25 set. 2025.

ENJUTO, Nacho. **Observando Observatorios ¿Nuevos agentes en el Tercer Sector?** Madrid: Plataforma del Voluntariado de España, 2010. Disponível em: <https://plataformavoluntariado.org/wp-content/uploads/2018/10/observando-observatorios.-nuevos-agentes-en-el-tercer-sector.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MELLO-THÉRY, N.; THÉRY, H. **O planejamento territorial, o estado e a Amazônia na obra de Bertha Becker: algumas reflexões**. Revista GeoCrítica, n. 110, 2013. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-1103-2.htm>. Acesso em: 13 set. 2025.

PERINOTTO, A. R. C. *et al.* **Gestão de destinos turísticos baseada em observatórios**. Revista Rosados Ventos, n. 12, p. 19-20, 2010. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/download/11624/5800/45602>. Acesso em: 25 set. 2025.

REBOUÇAS, Eduardo; CUNHA, Paulo. **Observatórios de mídia como instrumentos para (da) democracia.** RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 4, n. 4, p. 85-93, 2010. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/650>. Acesso em: 09 dez. 2023.

SILVA, A. W. L. *et al.* **Observatórios brasileiros de meio ambiente e sustentabilidade: diagnóstico e análise.** In: CONGRESSO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA, 15., 2013. Anais [...]. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Antonio-Silva-69/publication/268513197_Observatorios_brasileiros_de_meio_ambiente_e_sustentabilidade_d_iagnostico_e_analise/links/5e8b3ecfa6fdcca789f98a6a/Observatorios-brasileiros-de-meio-ambiente-e-sustentabilidade-diagnostico-e-analise.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

THEIS, Ivo Marcos. **O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira.** Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, v. 7, n. 2, p. 5-23, 2019. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/rbdr>. Acesso em: 25 maio 2025.